

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

CLÁUDIA GICELE SILVA DE OLIVEIRA

**LÚDICO E CUIDADO NA EDUCAÇÃO INFANTILEM UM CREI DE
JOÃO PESSOA/PB**

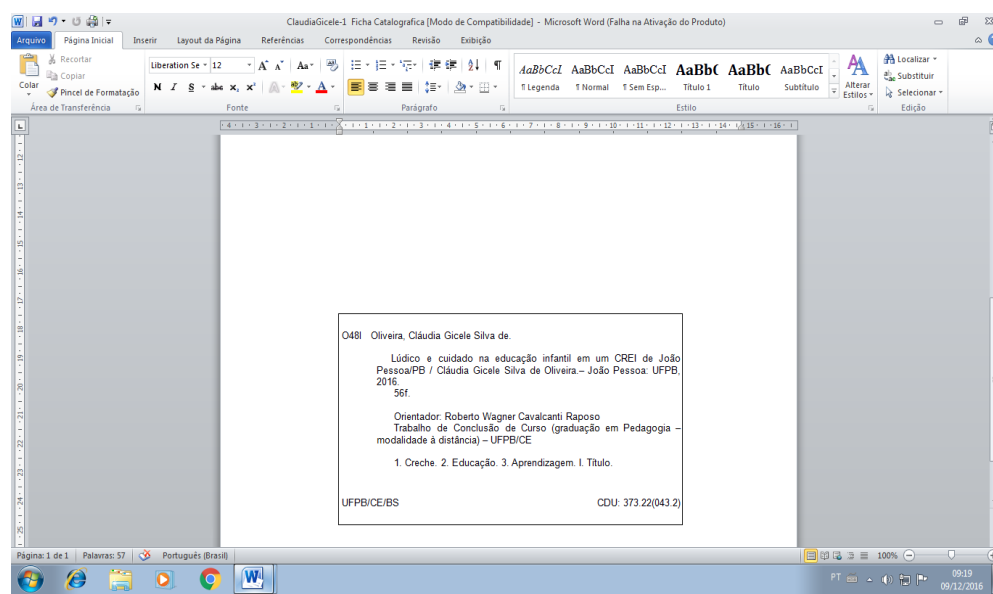
**João Pessoa – PB
2016**

CLÁUDIA GICELE SILVA DE OLIVEIRA

LÚDICO E CUIDADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UM CREI DE JOÃO PESSOA/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Roberto Wagner Cavalcanti Raposo



CLÁUDIA GICELE SILVA DE OLIVEIRA

**LÚDICO E CUIDADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UM CREI DE
JOÃO PESSOA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito institucional para obtenção do Título de
Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Roberto Wagner Cavalcanti Raposo

Aprovada em: 23/11/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Roberto Wagner Cavalcanti Raposo

Prof. Orientador

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof^a. Hélcia Macedo de Carvalho Diniz e Silva

Prof^a. Giovanna Barroca de Moura

Prof^a Convidada

Às minhas filhas Adriane Gicele, Daiane Silva
e Alice Silva, que são a razão pela qual me dedico e
dou todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, Senhor e condutor da nossa vida, por nos conduzir pelo caminho do conhecimento.

Ao meu pai Honório Ribeiro, pela confiança e amor dedicado.

As minhas irmãs Katia Cilene, Katia Kelly pela atenção e ajuda.

Ao meu irmão Klenio Ribeiro.

Ao meu amigo João Carlos, pela dedicação e oportunidade.

As amigas Geniely, Lícia Cláudia e Janaina pela confiança e dedicação.

A Instituição Universidade Federal da Paraíba.

Espero por em pratica tudo que nesse curso aprendi, e como uma profissional dedicada que me esforço para ser: fazer a diferença no universo dos resultados deste curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Ao professor Roberto Wagner que me orientou na elaboração do meu trabalho.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

(Paulo Freire)

RESUMO

O objeto de pesquisa deste trabalho em tela, a importância do cuidar e brincar na educação infantil, consiste em analisar e defender uma preocupação constante, diante da condição de como cuidar as crianças que são acolhidas e assistidas em creches e pré-escolas, mesmo sendo um tema específico em sua apresentação destrincha também uma condição associada ao cuidar, o educar, pois tal prática do cuidar na educação infantil também não deixa de ser uma prática do educar, uma esta interligada a outra.

Desta forma os profissionais que atuam na educação infantil devem estar cientes desta proposta referente ao cuidar e educar na educação infantil. Apresentando ações norteadoras, que são consideradas essenciais, para efetivação de práticas mais adequadas no âmbito do cuidado, no contexto de creches, sendo assim todas as atividades desenvolvidas na educação infantil devem ser atendidas por educadores, e isso implica considerar que todos os momentos são de aprendizagem e construção.

Nesse sentido a prática do cuidar também aplica-se no educar de crianças pequenas levando-as a autonomia e ao aprender, a ser um indivíduo que está em contínuo crescimento e desenvolvimento. Refletindo sobre esse assunto entende-se que esse trabalho possibilita o entendimento acadêmico e científico de como são desenvolvidas as ações do cuidar na educação infantil em um âmbito geral, propondo assim a compreensão de que o cuidar na educação infantil precisa ser entendida e praticada no cotidiano de creches/Centro de Referência da Educação Infantil – CREIS, atendendo as crianças pequenas buscando sobre tudo, atendê-las de acordo com os diferentes contextos sociais, de acordo com as condições de atendimento promovido. Conclui-se que esse trabalho nos conduz a certeza, de que a educação infantil deverá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das diferentes potencialidades da criança, enfatizando que devemos considerar a relação de cuidado-educação na educação infantil.

PALAVRA CHAVE: Cuidar, Educar, Potencialidades, Crianças Pequenas.

SUMMARY

The research object of this work, the importance of care and play in early childhood education, is to analyze and defend a constant concern, given the condition of how to care for children who are welcomed and assisted in kindergartens and preschools, even though A specific theme in its presentation also reveals a condition associated with caring, educating, since such caring practice in children's education is also a practice of educating, one is interconnected to another.

In this way, the professionals who work in early childhood education should be aware of this proposal regarding caring and educating in early childhood education. Presenting guiding actions, which are considered essential, in order to carry out more adequate practices in the field of care, in the context of day-care centers, so that all activities developed in early childhood education must be attended by educators, and this implies that all moments are of Learning and construction.

In this sense, the practice of caring also applies to the education of young children, leading them to autonomy and learning, to being an individual who is in continuous growth and development. Reflecting on this subject, it is understood that this work makes possible the academic and scientific understanding of how the actions of caring in early childhood education are developed in a general scope, thus proposing the understanding that caring in early childhood education needs to be understood and practiced in daily life Of nurseries / Child Education Reference Center - CREIS, attending to the small children searching about everything, attending them according to the different social contexts, according to the promoted service conditions. It is concluded that this work leads us to the certainty that early childhood education should help the development of the capacities of appropriation and knowledge of the different potentialities of the child, emphasizing that we should consider the care-education relationship in early childhood education.

KEY WORD: Caring, Educating, Potentials, Small Children.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A INFÂNCIA ONTEM E HOJE: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	11
2.1 Conceitos de infância.....	11
2.2 A infância de ontem.....	13
2.3 A infância hoje.....	14
3. O LÚDICO: UMA FORMA DE EDUCAR E APRENDER.....	16
3.1 O lúdico ao longo da história.....	17
3.2 O lúdico na Educação Infantil.....	19
3.3 A presença dos jogos na Educação Infantil.....	24
3.4 Os brinquedos na Educação Infantil.....	27
3.5 O professor é um ser "brincante"?.....	29
4. OBJETIVOS.....	31
4.1 Objetivo geral.....	31
4.2 Objetivos Específicos.....	31
5. METODOLOGIA.....	31
5.1 Abordagem Qualitativa: caráter exploratório-descritivo.....	32
5.2 Pesquisa qualitativa.....	32
5.3 Técnicas para coleta e análise de dados.....	33
5.4 Caracterização da escola.....	34
5.5 Prováveis limitações da pesquisa.....	47
6. ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS.....	48
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre a infância é falar sobre algo indecifrável, enigmático. Talvez seria correto dizer que é a fase da vida onde somos crianças e por onde se inicia nosso aprendizado e nossas descobertas. Mas a infância se revela algo mais complexo, talvez por isso vários pensadores desde a antiguidade vem tentando entender e compreender o que Larrosa (1998^a, p.64) caracterizou como “seres selvagens que não entendem nossa língua”. Várias concepções de infância foram surgindo no decorrer de vários estudos.

Ghiraldelli (2002) faz referência a duas concepções de infância. A da criança caracterizada como inocente, o que segundo Rousseau seria a criança imersa na inocência e na pureza. E a da infância como sendo um período com uma serie de características, mas nunca de inocência e bondade como essenciais. Atrelado ao conceito de infância, tende-se a lembrar que o desenvolvimento infantil requer o pensamento de que a criança aprende brincando e que através do lúdico desenvolve-se na criança capacidades e habilidades até então escondidas.

Segundo as teorias de Vygotsky o ser humano se desenvolve a partir do aprendizado, que envolve a interferência direta ou indireta de outros seres humanos, sendo que a mediação faz a diferença, interferindo na relação de aprendizagem da criança e fazendo com que as funções psicológicas superiores se desenvolvam no ser humano.

Consideramos que as ideias a respeito da Educação Infantil tem se mostrado responsável no que diz respeito ao cumprimento dos deveres e direitos das crianças pequenas, propõe a pratica indispensável do cuidar e do educar dessas crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.

Hoje, percebemos que a realidade vivenciada nas creches/CREIS (Centro de Referência da Educação Infantil), ainda se apresentam marcadas pela história dessas instituições, tendo em vista que, apesar de existirem espaços que apontam mudanças, no que diz respeito à unificação de prática de cuidado e educação, é comum percebermos ações de proteção, assistência, cuidado e guarda direcionadas à crianças nos CREIS, enquanto é notório a experimentação de uma pré-escolarização “precoce” firmada nos objetivos apenas do letramento/alfabetização, vividas em turmas de pré-escola.

Nesse sentido, deve-se cuidar a criança como indivíduo que está em contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo as suas necessidades. Isso inclui interessar-se sobre o que a criança sente, e com essa linha de

pensamento que o cuidar e o educar deve ser visto pelos profissionais da Educação Infantil em especial os cuidadores/educadores como prática unificada de cuidado e educação, ou seja, é preciso que objetivem suas práticas no cuidar-educação, as quais devem ser impregnadas de consciência pedagógica, estabelecendo uma visão integrada do desenvolvimento da criança.

Diante dessa realidade, levantamos as seguintes questões:

- ✓ Nesse sentido, como será que nós, profissionais da Educação Infantil, compreendemos a relação cuidar-educar?
- ✓ De que maneira se compreende as ações de cuidado na rotina das crianças pequenas em creches?

Diante deste exposto, encerramos esse momento de questionamentos, na certeza de que essa discussão temática precisa ser retomada todos os dias no cotidiano das instituições infantis, tendo em vista ser de suma importância que os educadores infantis e, sobretudo, as instituições de atendimento à criança pequena, incorporem, de maneira integrada, as funções de cuidado educação. Cabe compreendermos que as novas funções da educação infantil devem estar associadas a ações integradas que objetivem o desenvolvimento integral da criança.

Esta pesquisa tem como propósito tratar de um assunto discutido em um âmbito educacional, de acordo com as atuais políticas públicas para a infância, à criança é reconhecida enquanto cidadã, detentora de direitos e deveres, isso implica dizer que a atual legislação para a infância representa um espaço de cidadania contra a desigualdade social, assegurando o reconhecimento das diferenças, espaço da singularidade e a pluralidade. Certos de que devemos compreender a importância da prática adequada no cuidar e educar da criança no ensino infantil, conscientizando o cuidador sobre a integração essencial no processo do desenvolvimento integral da criança.

Pelo exposto, os objetivos do presente trabalho consiste em analisar a importância do cuidar e brincar na Educação Infantil em um CREI no município de João Pessoa/PB, utilizar o cuidar e brincar no processo ensino aprendizagem como ferramenta pedagógica, verificando o conceito do cuidar e brincar e sua relação com práticas na educação infantil.

2. A INFÂNCIA ONTEM E HOJE: BREVES CONSIDERAÇÕES

Quando falamos em infância pensamos em crianças, que são caracterizadas enquanto pessoas ingênuas, ser humano com pouca idade. Contudo, a infância é considerada um período de crescimento, fruto de uma construção social, vinculada a determinados fatores, como questões de gênero, etnia, local de origem, classe social, etc., os quais vem imbuídos de diversos questionamentos e mudanças que ocorrem desde os tempos antigos até os dias atuais.

Para Sarmiento (2005), o conceito de infância é uma ideia contemporânea. Durante a Idade Média as crianças eram consideradas seres biológicos sem estatuto social nem autonomia existencial.

Neste capítulo, discorreremos, sobre o processo de construção do conceito infância, mostrando que com passar do tempo a criança assume papéis diferentes, sendo hoje um ser que tem seus direitos e precisa de cuidados.

2.1 Conceitos de infância

O conceito de infância surge com a sociedade capitalista, na medida em que muda a inserção e o papel social da criança na comunidade. Na sociedade antiga era frequentemente pensado como um ser oposto ao adulto, por considerar pouca idade e a falta de maturidade para que a criança se sociabilize adequadamente.

Esta definição de criança como oposta ao adulto, ou seja, um ser imaturo inocente não é simples, pois está ligado a determinados papéis e desempenhos esperados, que foram se modificando com o passar dos tempos.

Segundo Kramer (2006), em uma concepção do senso comum, a criança é entendida enquanto o oposto do adulto. Nessa perspectiva, seria a falta de idade que determinaria tal entendimento.

Diante dessa discussão inicial, a autora afirma ser tão simples quanto parece, pois, estes papéis atrelados às crianças, dependem de fatores como classe social, etnia, gênero, etc., na qual as mesmas estão inseridas, podendo-se encontrar várias concepções de infância em uma mesma realidade social.

Tais concepções são atribuídas de acordo com os papéis que são determinados para as crianças. A depender da classe social na qual ela se encaixa, a criança passa a ter uma determinada participação no processo produtivo, seus tempos para as brincadeiras são diferenciados como seu processo de formação escolar, também passa a ser diferenciado, etc.

Nesta perspectiva, se torna inadequado afirmar que há uma ‘homogeneização da infância, uma vez que, são diversos os processos de socialização nos quais a população infantil está submetida.

A análise das modificações do sentimento devotado à infância é feita à luz das mudanças ocorridas nas formas de organização da sociedade, o que contribui para uma maior compreensão da “questão da criança” no presente, não mais estudada como um problema em si, mas compreendida segundo uma perspectiva do contexto histórico em que está inserida (KRAMER, 2006. P. 17).

Diante do exposto, deve-se ter cuidado ao se designar determinados significados à infância, pois, o sentimento de infância designa-se a consciência que a sociedade tem, ou pelo menos deveria ter, acerca dessa condição.

São dois os aspectos que determinam a partir do contexto social, o tipo de sentimento de infância: o primeiro, diz respeito ao alto índice de mortalidade infantil, que a partir do século XVI algumas descobertas científicas, passam a modificar esta realidade, prolongando com isso a vida principalmente nas classes dominantes. Segundo KRAMER (2006, p. 17), “é importante acentuar que essa mortalidade continua hoje a ser a regra geral para os filhos de classes dominadas em países de economia dependente, como o Brasil”.

O segundo aspecto se refere ao sentimento moderno de infância, se subdividindo em duas atitudes: a primeira se refere à criança entendida enquanto ente da família, ingênua e inocente que precisa de cuidados; a segunda referindo-se a criança enquanto ser imperfeito e incompleto, fazendo-se necessário uma educação feita pelo adulto.

Para Kishimoto (2003), a infância é, também, a idade do possível. Pode-se projetar sobre ela a esperança de mudança, de transformação social e renovação moral, é portadora de uma imagem de inocência, de candura moral, imagem associada à natureza primitiva dos povos, um mito que representa a origem do homem e da cultura.

Diante dos conceitos apresentados, também se torna necessário, compreendermos a infância fazendo um percurso histórico e mostrando as suas transformações na sociedade. Portanto, devemos remeter ao passado para entender o seu papel de contemporaneidade.

2.2 A infância de ontem

No decorrer da história, foram apresentadas diferentes concepções de infância. Antigamente, especificamente no período da Idade Média, a criança era vista como um adulto em miniatura, trabalhava e se vestia igual aos adultos, com alto índice de mortalidade infantil. Nesta época, a sociedade era a mesma para todos os seres humanos de todas as idades.

O importante era que as crianças crescessem rápido para participar do trabalho e de atividades com os adultos, na qual elas aprendiam através da prática, e dos trabalhos domésticos que eram considerados uma forma de educação.

Kramer (2006), cita que a análise das modificações do sentimento de infância é ocorrida através das mudanças na organização da sociedade, contribuindo para compreensão da questão da criança no presente, na perspectiva do contexto histórico em quem está inserida.

Segundo Ariès (1981), o final do século XVI foi muito importante para a formação do sentimento de infância, visto que a criança passou a ser percebida como ser diferente dos adultos.

Como consequência dessas mudanças, surgiram então, as instituições para as crianças pequenas, designadas inicialmente para as crianças órfãs e abandonadas. As primeiras instituições de Educação Infantil, criadas na primeira metade do século XIX em vários países da Europa, e no Brasil, surgem a partir da década de 1870.

No século XX surge um novo sentimento de infância. A criança, neste período torna-se um ser importante para família e para sociedade, passa a ser alguém que precisa ser cuidada, diferenciada, necessita de lugar, tempo, escolarização e preparadas para uma atuação futura, merecendo brinquedos e brincadeiras adequadas, o que levou ao reconhecimento de que a infância é um período da vida, em que necessita de cuidados e proteção.

Diante de muitas transformações, a infância, não é a mesma para todas as crianças, vai depender do contexto social em que vive cada uma delas. KRAMER (2006) expõe que:

Deve-se partir do princípio de que as crianças (nativas ou imigrantes, ricas ou pobres, brancas ou negras) tinham (e têm) modos de vida e de inserção social completamente diferentes umas das outras [...]. (KRAMER, 2006, P.20)

Segundo Mollo-Bouvier (2005), nos ministérios, nas prefeituras e em cada instituição, todas as atividades administrativas recortam a infância em etapas, e cada etapa, em “faixas” de idade, as quais regulamentam a vida social das crianças.

As mudanças das idades caminham no sentido de uma fragmentação, de um recorte em etapas subdivididas em “faixas” cada vez mais delgadas. Tais etapas biológicas, afetivas e cognitivas, se modificam de acordo com a época e com a sociedade. Cada idade, cada tempo, cada lugar, cada atividade da criança cria instituições específicas nas quais se encarregam na vida e na socialização das crianças. Assim, “a segmentação cada vez mais fina das idades da infância acarreta o crescimento rápido da rede de instituições que lhe são destinadas” (Mollo-Bouvier, 2005, p.396).

O modo de socialização escolhido e a própria existência das instituições obedecem a exigências de ordem sociológica que têm consequências importantes sobre os modos de vida das crianças.

Portanto, a infância é uma etapa fundamental na vida do ser humano, que precisa ser considerada a idade das brincadeiras, com isso destaca-se o lúdico que possibilita a criatividade, reflexão e descoberta do mundo em que vive.

A criança é um sujeito histórico e sua infância está baseada no contexto em que vive. Diante disso é plausível questionarmos como é infância hoje.

2.3 A infância hoje

Há vários fatores, na atualidade, que influenciam a forma de ver a infância, entre outros, podemos citar, a criação da escola, mudanças no seio da família, as mudanças no mundo do trabalho, que levaram as mulheres ao mercado de trabalho, os avanços científicos em torno do desenvolvimento da criança enquanto sujeito de direitos, etc.

De acordo com SARMENTO (2002):

A escola expandiu-se e universalizou-se, as famílias reordenaram os seus dispositivos de apoio e controlo infantil, os saberes disciplinares sobre a criança adquiriram autonomia e desenvolvem-se exponencialmente, e a administração simbólica adquiriu novos instrumentos regulares com a Convenção de Direitos da Criança e com normas de agências internacionais (como a Unicef, a OIT, a OMS) configuradas de uma infância global, no plano normativo (SARMENTO, 2002, p.5)

Nesse sentido passa-se a compreender a infância enquanto um problema social, se caracterizando pela criação de valores morais e expectativas de condutas para ela.

Hoje a criança passa a ser alguém que precisa de cuidados, ser escolarizada e preparada para que possa atuar de acordo com as exigências postas pelas novas formas de organização que a sociedade passa e que se estabelecem em diferentes classes sociais.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, Capítulo VII, Artigo 227.

É dever da família da sociedade e do estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Com isso é visível que a nossa atual Constituição Brasileira assegura o direito à saúde, à liberdade, ao respeito, como também à educação.

Portanto é notória a desconsideração de suas estruturas, suas capacidades e principalmente seus direitos de infância, período no qual a criança deveria ter o direito de brincar, mas que desde muito cedo, passa a ter determinadas responsabilidades que de modo geral, deveriam ser voltadas a adultos, e que acabam enfatizando, cada vez mais, uma sociedade marcada pelo autoritarismo.

Nesse sentido, cabe ressaltar a realidade demonstrada no filme “A invenção da Infância” (1996), que trata não só das questões mais específicas da infância, mas também da questão do grande índice de mortalidade presente em comunidades mais pobres. São crianças que perdem seus direitos logo cedo, para que possam pelo menos ter o direito de comer e de viver, “respeitados”.

O documentário reforça como a criança da sociedade contemporânea é sobrecarregada de atividades além de estudar e ter o restante todo de seu horário preenchido, tornando crianças com responsabilidades, sem tempo para brincar.

É para estas funções que hoje as crianças são preparadas e por causa delas que são impedidas de viver uma etapa importante de sua vida que é a infância.

Um fato preocupante que bloqueia essa etapa importante da criança é o trabalho infantil, que acontece devido à necessidade de ajudar financeiramente a família.

O trabalho infantil é proibido por lei, conforme mostra no Princípio IX da Declaração dos Direitos da Criança (1959):

Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer

ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral. (BRASIL, 1959).

A criança tem direito à educação, à cultura, ao lazer, ao esporte, entre outros. Portanto, não é responsabilidade da criança trabalhar para sustentar a família, o que a impede que tenha uma educação de qualidade, prejudicando, assim, o seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

Devemos ressaltar que a infância não é apenas um período de vida da criança, mas um processo que remete um olhar profundo, pelo qual, pode-se projetar sobre ela a esperança de mudança, de transformação social e renovação moral.

A educação pode proporcionar às crianças momentos lúdicos, para que melhor aproveitem sua infância, garantindo atividades que possibilitem a exploração do real e do imaginário, quer podem ser desenvolvidas através de jogos, brinquedos e brincadeiras; é nessa etapa que a criança aprende brincando.

Com isso, a Educação infantil da creche à pré-escola, precisa oferecer oportunidades lúdicas às crianças, para que elas aproveitem sua infância, estimulando-as na aprendizagem, no convívio social, nos cuidados e no lazer. Sendo assim, é imprescindível que a criança esteja feliz na instituição e no espaço familiar.

Desse modo, o lúdico deve aparecer como uma forma de proporcionar um bom ensino e uma boa aprendizagem.

3. O LÚDICO: UMA FORMA DE EDUCAR E APRENDER

A prática educacional voltada para o lúdico facilita a aprendizagem e desenvolvimento pessoal da criança, tornando-se um mecanismo de maior assimilação, pois causa satisfação e prazer ao desenvolver as atividades. O lúdico é caracterizado de várias formas, sempre fazendo menção ao prazer, à brincadeira, à espontaneidade e alegria.

Segundo Vigotsky (1989), a ludicidade objetiva um espaço para o sujeito brincar, como forma de reorganizar experiências. É possível construir conhecimento no ato da brincadeira remetendo-se às soluções dos problemas.

A palavra ludicidade tem sua origem na palavra latina “ludus”, que quer dizer “jogo”, “brincadeira”. Partindo disto podemos observar que a ludicidade está presente em todas as

épocas, desde os tempos mais remotos até a atualidade, passando a ser reconhecida como uma necessidade básica da personalidade, do corpo e da mente no comportamento humano.

Vivenciar o lúdico consiste no ato de valorização a linguagem natural da criança que está constantemente em movimento, imerso em fantasias.

Para entender melhor o lúdico faremos uma abordagem do mesmo na Educação Infantil, bem como, uma breve retrospectiva de seu desenvolvimento ao longo da História. Essa retrospectiva nos permitirá entender como era o lúdico em determinadas épocas, seu desenvolvimento e origem dos jogos e brincadeiras, sua função no processo educativo na atualidade, bem como, suas contribuições na educação infantil, colocando em foco atividades que possibilitem a aprendizagem motivadora e significativa.

Segundo Manson (2002), tanto gregos quanto latinos elaboram as primeiras reflexões acerca do lugar em que o brinquedo ocupava na vida da criança. As brincadeiras são passadas historicamente.

Mesmo nas comunidades primitivas ou na sociedade atual, o brincar propicia ao educando uma construção simbólica do mundo.

3.1 O lúdico ao longo da história

Segundo Friedmann (1996), nos primórdios o tempo era dedicado à preservação da vida, o brincar era algo natural para o ser humano, o lúdico era expresso através de atividades de dança, caça, pesca e lutas.

Na Idade Média o artefato lúdico era apenas para crianças de classe econômica alta, que tinha seus brinquedos comprados, enquanto as crianças pobres eram dedicadas as tarefas domésticas não tinham muito tempo para brincadeira e seus brinquedos eram produzidos pelos pais.

O século XVIII foi uma época de desenvolvimento de brinquedos automáticos, engenhosos, que mexiam e faziam barulhos. Por volta do ano de 1850 esses objetos foram construídos e grandes quantidades.

O século XIX foi o início dos jardins e pré-escolas, que não era obrigatória. Nessas instituições havia interesses pelos jogos seculares, jogos de ossinhos e de bolinhas o que certamente contribuiu para a preservação do universo infantil. Porém, as mesmas ainda tinham que trabalhar fora, junto com adultos e tinham que assumir papéis que às vezes não tinham competência de assumir.

No século XX depois da Segunda Guerra Mundial, as crianças, ricas e pobres, recebem quase os mesmos brinquedos. Neste período os fabricantes de brinquedos lançam no mercado todo tipo de brinquedos especializados, influenciando as crianças a desejarem brinquedos sofisticados com botões e controles remotos.

Diante disso, os jogos, os brinquedos e as brincadeiras foram sendo construídos historicamente, passando por modificações com o efeito de evolução social e cultural.

Na origem, os jogos estiveram fortemente ligados às práticas religiosas, Podemos ver que muitos jogos vistos hoje como uma forma de divertimento infantil e até mesmo para adultos, foram passados através de muitas gerações. Alguns jogos, como por exemplo, as cartas de baralhos, no passado eram utilizadas para rituais mágicos e religiosos, quase tão antigos quanto o homem que podem ser utilizadas para uma infinidade de jogos, mas que desde sua origem foram utilizados como um instrumento de desvendar o futuro.

Vemos com isso que jogos podem ter várias finalidades e que uma delas é o ensino e a aprendizagem. Os jogos tiveram essa finalidade, isso pode ser visto quando analisamos o caminho que eles percorreram, foram ensinados e aprendidos através dos tempos, fazem parte do patrimônio cultural; por sua vez eles são uma sabedoria acumulada pela humanidade e por isso talvez sejam eternos.

Neste sentido, utilizar os jogos como instrumento lúdico para aprendizagem é de extrema valia, pois é através do divertimento que a criança terá uma melhor aprendizagem.

A brincadeira é uma tradição passada por várias gerações, apresentando-se também como uma forma lúdica para a aprendizagem das crianças. Sendo assim, as brincadeiras estão presentes na vida dos seres humanos desde bebê. Assim, as crianças desde cedo brincam consumo mesmo, com outras pessoas ou com objetos, sendo tudo um motivo para brincadeira, trilando os caminhos da integração social.

O bebê, desde suas primeiras experiências lúdicas de exploração ou experimentações sensoriais e motoras, nos mostra uma das mais importantes características do brincar e das brincadeiras que é a sensação que a brincadeira proporciona: prazer, liberdade, leveza dentre outras. Estas sensações estão presentes em todas as fases da vida do ser humano.

As brincadeiras também percorreram caminhos ao longo de muitos anos e ainda hoje percorrem. Todavia, essas, com o tempo, também passaram por alterações, tanto por serem passadas para as gerações de forma oral como pelas mudanças culturais decorrentes do tempo.

FRIEDMANN (1996), aponta que:

Com o advento da sociedade industrial no final do século XVIII, início do século XIX, na qual predominava a produção de bens em grande escala, a atividade lúdica modifica-se: ela torna-se segmentada, passa a fazer parte especificamente da vida das crianças; ao mesmo tempo torna-se “pedagógica” entrando na escola com objetivos educacionais. Estes fenômenos são acompanhados do surgimento do brinquedo industrializado, a institucionalização da criança, um movimento da mulher para o mercado de trabalho que, aliado à falta de espaço e segurança nas ruas das grandes cidades, transforma o brincar em uma atividade mais solitária e que acontece em função do apelo ao consumo de brinquedos (FRIEDMANN, 2003, p. 47)

Apesar dos desafios deste século, o lúdico (jogos, brinquedos e brincadeiras) é um assunto importante, principalmente na educação infantil, por se tratar de elementos essenciais da infância, tendo em vista que o uso deles também permite que o trabalho pedagógico possibilite às crianças da educação infantil, a construção conhecimento e o desenvolvimento infantil.

3.2 O lúdico na Educação Infantil

A educação mais eficiente é aquela que proporciona atividades significantes e participativas às crianças; é por esse dentre outros motivos que o lúdico aparece como uma forma de educar e aprender. A melhor forma para conduzir a criança à atividade, à auto-expressão e à socialização, será através do método lúdico, que de fato, possibilita uma grande contribuição para a educação infantil.

Quando são proporcionadas atividades lúdicas, as crianças engajam-se nas atividades de maneira mais prazerosa e assim trazendo benefícios à estrutura do corpo e da mente.

Neste sentido, a educação infantil é um período importantíssimo para que as crianças aprendam a interagir com o mundo, já que busca proporcionar a integração entre o educar e o cuidar.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010, p.12), a Educação Infantil.

É a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção, que se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam da criança de zero a cinco anos de idade

no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Portanto, é nesta etapa que as crianças descobrem novos valores, costumes, sentimentos, autonomia, identidade e interação com outras pessoas.

Na educação infantil as crianças aprendem a compartilhar o espaço, os brinquedos e o afeto.

Nesta etapa da educação necessariamente não está voltada para os conhecimentos formais, mas contempla dois eixos compostos em suas práticas pedagógicas, a saber, a interação e a brincadeira, citadas no Art. 9º da Resolução CNE/CEB nº 05/09.

Tais eixos fazem com que a criança aprenda a se relacionar com as outras e crie suas próprias experiências, contribuindo assim, para o processo de educar e cuidar, específicos neste nível de ensino.

Quando se fala em interação, logo pensamos que é uma interação recíproca com relação a duas ou mais coisas, e a duas ou mais pessoas.

Na educação infantil, sob a ótica das crianças é possível mostrar que ocorrem interações entre as crianças e as professoras; as crianças entre si; as crianças e os brinquedos; as crianças e o ambiente, e as crianças, as instituições e as famílias. Tais interações são essenciais para dar riqueza e complexidade às brincadeiras, possibilitando vínculos, favorecendo a confiabilidade e o desenvolvimento coletivo.

Quanto à brincadeira, é uma atitude, uma disposição, uma maneira de fazer as coisas, na qual estimula a criatividade, a imaginação e aprofunda para crianças a compreensão da realidade, tornando-se necessária, trazendo enormes contribuições para educação infantil.

Na educação infantil é importante que as crianças convivam em ambientes acolhedores que possibilitem a manipulação de objetos, brinquedos e interagir com outras crianças, onde passam a aprender por meio das práticas lúdicas.

A ludicidade na educação infantil facilita a convivência entre as crianças e os professores. Com isto vemos que o lúdico torna-se benéfico por proporcionar este ambiente favorável para o desenvolvimento de uma prática educativa que se processa em torno das necessidades das crianças.

O momento lúdico não é só uma complementação, mas também se torna auxiliar num processo essencial no processo educativo. É um caminho que faz a criança jogar, imaginar, brincar, interagir, fantasiar, dialogar, construir, desenvolvendo e aprendendo brincadeiras que desenvolvem objetivos reais e significantes sem que percebam. Assim, “as aulas lúdicas

parecem preencher uma importante lacuna: a cartase da alegria, além do afeto mútuo envolvendo professor/criança e crianças/crianças” (MIRANDA, 1964, p.83)

O lúdico coopera constituindo um meio, um caminho que todas as crianças participam, cada qual mostrando suas expectativas de vida e seus conhecimentos. Trata-se de um exercício que leva a criança a considerar o ponto de vista do outro, sem esquecer-se do seu.

Quando pensamos numa ação educativa que considere as relações entre a creche, o lazer e o processo educativo como um dos caminhos a serem trilhados em busca de um futuro diferente, estamos percorrendo um caminho positivo. A creche, ao valorizar as atividades lúdicas, ajuda a criança a desenvolver um bom conceito de mundo.

Enquanto a aprendizagem é vista como uma apropriação e internalização, o brincar é a apropriação ativa da realidade por meio da representação. Desta forma, o brincar é comparável a aprender.

Sobre isso BARBOSA (2009):

Para a constituição de contextos lúdicos é necessário considerar que as crianças ouvem música e cantam, pintam, desenham, modelam, constroem objetos, vocalizam poemas, parlendas e quadrinhas, manuseiam livros e revistas, ouvem e contam histórias, dramatizam e encenam situações, para brincar e não para comunicar “ideias”. Brincando com tintas, cores, sons, palavras, pinceis, imagens, rolos, água, exploram não apenas o mundo material e cultural à sua volta, mas também expressam e compartilham imaginários, sensações, sentimentos, fantasias, sonhos, ideias, através de imagens e palavras (BARBOSA, 2009, p.72)

No entanto, é preciso buscar novos caminhos para enfrentar desafios no novo cenário do processo educativo. Assim, a ludicidade abre caminhos para envolver todos numa proposta que resgate o potencial, desencadeando estratégias lúdicas para dinamizar o ensino aprendizagem, que certamente será mais prazeroso, produtivo e significativo.

Ressaltamos que o lúdico, apesar de ser vivenciado com maior intensidade nas crianças, é uma necessidade em qualquer fase da vida, facilitando assim, os processos de comunicação, socialização, expressão e construção do conhecimento.

É por intervenção do lúdico que a criança se organiza para vida, aprendendo a cultura do meio em que vive, adaptando-se às condições que o mundo proporciona, aprendendo a competir, contribuir e conviver com um ser social. Além de oferecer diversão e interação, o

jogo, o brinquedo e a brincadeira representam desafios provocando pensamentos reflexivos nas crianças. De acordo com Miranda (1964), “Por meio da interação, a criança galga os patamares necessários à construção de sua personalidade”.

O lúdico, portanto, é essencial na educação infantil que se apoie não somente ao fato pedagógico, mas também à formação do cidadão, por que o resultado imediato dessa ação educativa é a aprendizagem em todas as dimensões sejam elas sociais, cognitivas e pessoais.

O lúdico também torna-se um elemento indispensável no relacionamento e interação entre as pessoas, possibilitando que a criatividade aflore. Por isso, as atividades lúdicas desenvolvem momentos de fantasia que são transformadas em realidade, momentos de percepção, de conhecimento e momentos de vida.

Macedo (2005), ressalva que o lúdico acontece a partir da relação da criança ou do adulto com algo que provoca prazer funcional. Para isso a criança deve ter oportunidade de escolher se vai participar do jogo; nesta perspectiva, as atividades precisam ser desafiadoras e criar possibilidades, possuindo dimensão simbólica e construtiva.

Assim, a realização de uma proposta educativa focada no lúdico torna-se fundamental, independentemente dos contextos, para a formação integral, significativa e motivadora para as crianças e professores da educação infantil.

São três formas que apresentam as atividades lúdicas: as brincadeiras, os jogos e os brinquedos, cada um com características distintas, porém se assemelham quanto ao desenvolvimento da aprendizagem e a satisfação por eles proporcionados. Sendo assim, para melhor entendimentos, torna-se importante identifica-las e distingui-las.

Deste modo, é imprescindível conversar sobre o brincar, o momento o qual torna-se indispensável para o desenvolvimento do ser humano, que possui um significado social, permitindo aquisição de conhecimento e superação de suas limitações.

As crianças demonstram que quando brincam, aprendem. Tal fato deve-se à espontaneidade de suas ações e à oportunidade de demonstrar o que sabem e o que sabem. Quando aprendem com o próprio erro do dia a dia, elas ampliam sua segurança e conquista, com maior esforço e motivação, novos desafios.

O brincar oferece a possibilidade de nos tornarmos mais humanos abrindo uma porta para nós sermos nós mesmos, poder expressar, transformar, aprender e se desenvolver.

Brincar é uma atividade encantadora, divertida e carregada de emoções. Sendo assim, indispensável para o desenvolvimento do ser humano. A brincadeira não apresenta objetivos preestabelecidos, ao brincar as crianças simplesmente, se divertem, imaginam, inventam, é faz de conta.

Na brincadeira surgem oportunidades de apresentarmos valores mais essenciais para a convivência entre os seres humanos, enquanto forma de comunicação entre iguais e diferentes gerações, como instrumento de desenvolvimento e ponte para aprendizagem significativa.

Portanto, a criança busca o brincar por necessidade, pois, através da brincadeira ela se expõe, é revelado o seu eu que se encontra em formação.

SILVA (2010), cita que:

Brincar está umbilicalmente ligado ao ser humano desde que existe sobre a terra e de forma manifesta logo ao raiar da vida de cada indivíduo, muita dela por aí começando então a trilhar os caminhos da integração social. (SILVA, 2010, p.1)

De acordo com Silva (2010), onde a criança estiver presente está a brincadeira. Brincar é uma necessidade e as crianças precisam tanto disso, como os peixes precisam de água.

O brincar é diferente do jogar, o brincar é livre para explorar de forma espontânea na qual se faz por prazer, enquanto o jogo é definido como uma atividade de regras que depende de um campo de jogadores.

O Brincar é uma ação natural, uma linguagem não verbal da criança. Sendo assim é necessário que esteja sempre presente na Educação Infantil, para que as crianças consigam se expressar através das atividades lúdicas, na qual não deixam de manter suas espontaneidades, mostrando como elas enxergam o mundo em que vivem.

Diante disso, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), que se apresenta como um guia para escolas e creches da educação infantil, mostra objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam com crianças de zero a seis anos de idade. O mesmo apoia a importância e necessidade das brincadeiras para o processo de ensino aprendizagem.

É no ato de brincar que a criança estabelece os diferentes vínculos entre características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com os outros papéis, tomando consciência disto e generalizando para outras situações. (BRASIL, 1998, p.27)

O brincar significativo aliado ao aprender a aprender, precisa estar mais presente no cotidiano educacional. Portanto a brincadeira é uma atividade necessária e saudável na infância, como também possibilita improvisações, na qual desenvolvem capacidades para

lidar com o mundo em que vive constantes mudanças. Sendo assim, as crianças que brincam estão mais aptas às mudanças de contextos e condições.

Outra atividade interativa e motivadora para o desenvolvimento das crianças na educação infantil, são jogos, considerados brincadeiras, mas que possuem regras e um objetivo que se pretende alcançar, ele provoca na criança o interesse de ganhar ou perder, possibilitando o desenvolvimento de responsabilidades, comparações e propósitos.

Sendo assim, é formidável apresentarmos a presença dos jogos na educação infantil como também conceitua-lo.

3.3 A presença dos jogos na Educação Infantil

Jogo é um termo do latim “*jocus*” que significa gracejo, brincadeira, divertimento. O jogo é uma atividade física ou intelectual definida por um conjunto de regras e depende de um campo de jogadores.

Os jogos são tão antigos quanto o homem e está presente e em nossas vidas desde a infância. Por isso, os jogos sempre estiveram ligados à vida social, da mesma forma que diversas outras manifestações culturais, ligadas ao homem podendo ser este um espelho de uma cultura e uma sociedade.

[...] acredito no jogo como uma atividade dinâmica, que se transforma de um contexto para outro, de um grupo para outro: Daí a sua riqueza. Essa qualidade de transformação dos contextos das brincadeiras não pode ser ignorada. (FRIEDMANN, 1996, p.20)

Quando Friedmann diz isso, quer dizer que o jogo pode ser utilizado de diversas formas por sua dinamicidade e que cada educador tem sua maneira de proceder em cada situação. Ressalta-se que ao usar o jogo na educação infantil é muito importante destacar sua qualidade, tendo seus desdobramentos para o processo de ensino aprendizagem.

Como já visto, o jogo contribui para o processo de desenvolvimento da criança na educação infantil e por isso ele deve ser um elemento importante, pois contribui para a construção do conhecimento de forma descontraída.

A prática pedagógica voltada para o lúdico, ou seja, com jogos, favorece a mesma, pois enriquecem as atividades realizadas facilitando o envolvimento das crianças e permite que elas explorem de forma mais abrangente as informações que lhes são necessárias.

No entanto, a criança tem que explorar o mundo que a cerca extraindo dele informações que lhes são necessárias. Nesse processo, o professor deve intervir e proporcionar situações enriquecedoras para construção de conhecimentos.

Quando o professor utiliza o jogo na sala de aula, este deve objetivar a superação das dificuldades que as crianças possuem. A construção de conceitos pode advir simplesmente quando o professor permite que as crianças possam manusear um jogo de forma livre.

Neste contexto, SILVA entende que:

Ensinar por meio de jogos é um caminho para o educador desenvolver as aulas mais interessantes descontraídas e dinâmicas, podendo competir em igualdade de condições com os inúmeros recursos a que o aluno tem acesso fora da escola, despertando ou estimulando sua vontade de frequentar com assiduidade a sala de aula e incentivando seu desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem, já que aprende e se diverte, simultaneamente (SILVA, 2010, p.26)

O “ensinar” na educação infantil, que deve por meio dos jogos, estimular os interesses das crianças a aprender. É assim que deve ser a educação, um espaço onde as crianças são estimuladas a se desenvolver nos aspectos cognitivos, social, lógico, dentre outros.

O jogo ajuda a despertar o interesse da criança, isto acontece à medida em que estas são desafiadas pelas regras impostas por situações imaginárias, desenvolvendo também o pensamento abstrato.

Para Piaget (1973), os jogos não são apenas uma forma de alívio ou entretenimento para gastar energia das crianças, mas meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual.

Azevedo (1993) destaca que ao jogar as crianças precisam observar sempre a opinião dos outros, isto faz com que o egocentrismo seja substituído pela reciprocidade, tanto socialmente quanto cognitivamente.

Por isso a criança que tem possibilidade de jogar, se prepara melhor para as atividades. Sendo assim, é importante que a creche compreenda essa necessidade e insira o jogo no desenvolvimento das atividades preparando as crianças para a vida.

Contudo, compreende-se a necessidade que as crianças têm de interagir de forma significativa para que desenvolvam sua curiosidade construindo ou inventando os seus conhecimentos, caso contrário os jogos poderão ser vistos como simples divertimento ou brincadeira.

Entretanto, os jogos são mais que isso, uma vez que auxiliam o desenvolvimento físico, afetivo, cognitivo, social e moral e estão divididos em dois grupos: os jogos simbólicos e jogos de regras.

Os jogos simbólicos surgem na última fase do período sensório-motor, a partir do segundo ano de vida, eles representam objetos ausentes, é um ato de fazer de conta, aquilo que na realidade não foi possível, é uma própria expressão da cultura lúdica na infância, se manifesta através de uma expressão afetiva que seria o gesto corporal, a fim de que seu pensamento e sua imaginação fluam.

Conforme SARMENTO (2002):

[...] As crianças desenvolvem a sua imaginação sistematicamente a partir do que observam, experimentam, ouvem e interpretam da sua experiência vital, ao mesmo tempo que as situações que imaginam lhes permite compreender o que observam, interpretando novas situações e experiências de modo fantasia, até incorporarem como experiência vivida e interpretada. (SARMENTO, 2002, p.12)

O jogo simbólico é uma expressão do pensamento artístico da criança, possibilitando capacidades tanto em imaginar as transformações do mundo físico, quanto em imaginar sensações, necessidades e emoções da realidade em que vive.

Os jogos de regras dependem de um campo e de jogadores, que conferem um maior grau de objetividade, representam normas que as pessoas submetem para viver em sociedade, sendo assim imposta pelo grupo, é estruturado pelo seu caráter coletivo.

Segundo Wallon, citado por Azevedo (1993), os jogos necessitam de regras, uma vez que podem desviar as crianças à monotonia da repetição. Ressalta, ainda, que as regras existem porque oferecem enigmas extraídos da própria função do jogo.

Os jogos são, portanto, uma das contribuições necessárias para educação infantil, carregados de influência para a formação de identidade, a interação e a diferenciação pessoal.

Diferentes dos jogos, os brinquedos são instrumentos que ajudam na interação e representação da criança, que podem apoiar no momento das brincadeiras e dos jogos. Para melhor compreendermos, discorreremos a cerca dessa questão no subtópico seguinte.

3.4 Os brinquedos na Educação Infantil

O brinquedo na educação infantil é visto como objeto de apoio da brincadeira, no qual pode ser industrializado, artesanal ou confeccionado pela professora junto com as crianças, e assim utiliza-los nas brincadeiras em um espaço físico e planejar as ações intencionais que favoreçam um brincar de qualidade e significativo para as crianças.

O art. 4 do Parecer CNE/CEB nº20/2009 p.19, diz que:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular e do processo educativo, é um sujeito histórico de direitos, que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia. Ela constrói sua identidade pessoal e coletiva, imagina, deseja, brinca, aprende fantasia, observa, narra, questiona, experimenta e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade produzindo cultura.

Sendo assim, o brinquedo possibilita uma entrada no mundo imaginário, e permite diversas formas de utilização, como também, possibilita a representação do real no momento em que a criança imagina objetos reais do dia-a-dia.

Neste contexto o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), sustenta que:

Para que os objetos possam ser utilizados como fonte de conhecimentos para as crianças, é necessário criar situações de aprendizagem nas quais seja possível observar e perceber suas características e propriedades não evidentes. Para que isso ocorra é preciso oferecer às crianças novas informações e propiciar experiências diversas. O professor pode organizar uma atividade para a confecção de objetos variados, como brinquedos feitos de madeira, tecido, papel e outros tipos de materiais, alguns jogos de tabuleiro e de mesa, como dama ou dominó, ou objetos para uso cotidiano feitos de embalagens de papelão e plástico, por exemplo. (BRASIL, 1998, p.187).

É necessário, pois, observar o brinquedo considerando a adequação à criação, segurança, durabilidade, oportunidades de brincar, se não estimula violência, se são tecnológicos, artesanais e/ou produzidos pelas crianças, professoras e pais.

Tudo isso ocorre de maneira envolvente, sendo que a criança dispende energia, imagina, constrói normas e cria alternativas para desenvolver imprevistos que surgem no ato de brincar.

VYGOTSKY (1989), aponta que:

[..] é enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento da criança. É, no brinquedo, que a criança aprende a agir em uma esfera cognitiva, ao invés de numa esfera externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não por incentivos por objetos externos (VYGOTSKY, 1989, p.109).

O brinquedo, pois, não é simplesmente um "entretenimento" para distrair as crianças, ao contrário, ocupa lugar de enorme importância na educação, estimula o crescimento, o desenvolvimento, a coordenação motora, iniciativa individual e entre outras habilidades que ajudam a auxiliam a aprendizagem das mesmas.

De acordo com Kishimoto (2003):

O brinquedo coloca a criança na presença de reproduções: tudo o que existe no cotidiano, a natureza e as construções humanas. Pode-se dizer que um dos objetivos do brinquedo é dar a criança um substituto dos objetos reais, para que possa manipulá-los. Duplicando diversos tipos de realidades presentes, o brinquedo metamorfoseia e fotografa a realidade, não reproduz apenas objetos, mas uma totalidade social (KISHIMOTO, 2003, p. 109).

Entretanto, os brinquedos não devem ser explorados apenas para lazer, mas também podem ser utilizados como elementos enriquecedores promovendo a aprendizagem das crianças, tornando-as aptas a viver em sociedade e num mundo culturalmente simbólico.

A instituição deve, portanto, resgatar brinquedos pertencentes à cultura lúdica das crianças, proporcionando ressignificações, mudanças de materiais adaptados, como também a satisfação das crianças no ambiente.

É essencial, pois, que o professor selecione brinquedos que levem as crianças transformarem, criarem sua realidade, estimulando não só a criatividade por meio da atividade lúdica, mas também a solução de problemas, tomadas de decisões e interação com outras pessoas.

No entanto, como o professor é agente das atividades, na qual pode oferecer esses instrumentos lúdicos para as crianças, é inerente compreendermos se ele é um ser brincante em sala de aula e qual deveria ser a postura diante das atividades lúdicas para com as crianças.

3.5 O professor é um ser "brincante"?

O professor é peça fundamental para conduzir e mediar o processo educativo. Se o lúdico facilita a aprendizagem, então, é necessário que o professor seja a favor dessa forma de educação e organize o espaço de forma que motive a criança a aprender brincando.

O professor necessita se valer de novas metodologias, bem como pesquisar estratégias alternativas para que o ensino aconteça de forma mais abrangente, contextualizada, compreendendo que através do lúdico, é possível estabelecer uma ponte entre a real e o imaginário.

O professor não deve bloquear a imaginação da criança, mas pode orientá-la, para que a brincadeira espontânea surja na situação de aprendizagem.

Logo, o professor deve procurar utilizar atividades lúdicas que tenham significado para aprendizagem da criança, além disso, observar atentamente as questões apresentadas pelas crianças no momento do jogo.

Freire (2002), cita que ensinamos se a aprendizagem tiver acontecido; se não aconteceu aprendizagem, não ocorreu ensino, "em que o ensinado que não foi apreendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz".

Segundo FREIRE (2002):

Que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdo a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica em função de seu caráter *diretivo*, objetivo, sonhos, utopias, ideias. (FREIRE, 2002, p. 28).

Portanto, tornam-se indispensáveis atividades que garantam o direito da criança aprender. Diante disso, foi nessa busca que o lúdico aparece como estratégia para essa aprendizagem de cooperar para o desenvolvimento da capacidade pessoal.

A formação lúdica deve possibilitar ao professor o conhecimento de si próprio, saber as suas limitações, desbloquear sua resistência e construir uma visão significativa sobre a importância dos jogos, brinquedos e brincadeiras para vida das crianças.

Trabalhar com o lúdico é bom e necessário na educação infantil; o professor pode utilizá-lo como metodologia para diagnosticar, mediar e intervir no desenvolvimento integral da criança, aliando a ludicidade como forma de aprendizagem significativa.

Pode-se dizer que alguns professores encontram dificuldades em lidar com a linguagem e expressão das crianças. Desse modo, precisam conhecer a importância da ludicidade, na qual apoia o desenvolvimento infantil, não ignorando as fases que as crianças demonstram.

O professor deve, portanto, proporcionar situações importantes dentro da vivência em sala de aula. É neste sentido que o RCNEI (1998), sustenta que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 23).

Portanto, a brincadeira envolve a criança de uma forma mágica. Desse modo, quando aprendem brincando, jogando, pode acontecer a aprendizagem espontânea.

Para tanto, o professor "brincante" deve criar situações nas quais os jogos possam cooperar de maneira significativa para o desenvolvimento das crianças, favorecendo um vínculo maior entre eles.

O professor da educação infantil precisa compreender que o seu papel é importante como incentivador desse processo educativo, estando aberto a novas discussões e seus desdobramentos na prática pedagógica de forma que enriqueça o processo de ensino aprendizagem. No entanto, ele deve gerar na criança a necessidade de ação, tendo como objetivo construir a inteligência lógica colocando situações que desenvolva sua autonomia, para que consiga de forma livre e participativa solucionar exercícios propostos.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Analisar a importância do cuidar e brincar na Educação Infantil no Município de João Pessoa – Paraíba.

4.2 Objetivos Específicos

Utilizar o cuidar e brincar no processo ensino aprendizagem como ferramenta pedagógica;

Verificar o conceito do cuidar e brincar sua relação com prática na Educação Infantil.

Formulação do Problema

Será que o cuidar e brincar são importantes no processo ensino aprendizagem na Educação Infantil?

5. METODOLOGIA

Descrevem-se, os procedimentos metodológicos que devem nortear esta pesquisa. Aborda-se, primeiramente, a caracterização da pesquisa que teve um caráter exploratório descritivo e qualitativo. Em seguida, tecem-se considerações acerca da técnica utilizada para a coleta e análise de dados. Elencam-se, por fim, as prováveis limitações da pesquisa. Cabe, ainda, salientar que a metodologia é de grande relevância numa pesquisa científica, uma vez que é uma etapa preponderante para alcançarem-se os objetivos propostos.

5.1 Abordagem Qualitativa: caráter exploratório-descritivo

Esta pesquisa caracteriza-se por ter um caráter exploratório-descritivo e qualitativo. Salienta-se que as pesquisas exploratórias são aquelas que têm por objetivo explicitar e

proporcionar maior entendimento de um determinado problema. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador procura um maior conhecimento sobre o tema em estudo (GIL, 2005).

Ressalta-se, ainda, que as pesquisas podem ser realizadas para atender a uma necessidade de ordem intelectual ou por razões práticas. As pesquisas de cunho intelectual são, pois, aquelas em que o pesquisador objetiva desvendar os aspectos da realidade que estão a sua volta apenas para atender a uma satisfação própria, ou seja, ampliar conhecimentos; é, por essa razão, denominada de pesquisa pura. No que concerne às pesquisas de razão prática ou aplicada, pode-se afirmar que visam à realização de algo de forma mais eficiente. Pode, também, apresentar uma investigação de ordem intelectual no decorrer de sua realização. (GIL, 2005).

A pesquisa exploratória, quanto aos fins, segundo Vergara (2000), é realizada em área na qual há pouco conhecimento científico acumulado ou sistematizado. Por tratar-se de uma pesquisa que busca explorar conceitos e fatos de pouca bibliografia, é um estudo muito novo no mercado mundial. Além disso, por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que poderão, todavia, surgir durante a pesquisa ou ao seu final. Além disso, pretende descrever as características do fenômeno (TRIVIÑOS, 1987)

Destaca-se que a pesquisa descritiva, quanto aos fins, expõe características de determinada população ou determinado fenômeno. Neste trabalho, trata-se de uma pesquisa que busca expor as características que compõem os conceitos encontrados no contexto da Educação Infantil. Estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para algumas explicações. A pesquisa de opinião também se insere nessa classificação (VERGARA, 2000).

5.2 Pesquisa qualitativa

A pesquisa classifica-se, ainda, qualitativa uma vez que não se vale de instrumentos estatísticos no processo de análise do seu problema. Acerca desse tipo de pesquisa, Minayo (1993) assevera que é uma forma adequada para o conhecimento da natureza de um fenômeno social, haja vista o pesquisador coletar os dados na realidade pesquisada para, posteriormente, analisá-los de forma indutiva.

Assim, utilizou-se o estudo de caso, um método de investigação qualitativa, com enfoque indutivo para a análise dos dados descritivos para a apresentação dos resultados.

Acerca desse tipo de estudo, Triviños (1987, p.133-34) afirma que é “[...] uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma *unidade* que se analisa profundamente”.

Expõe, também, que “[...] a complexidade do exame aumenta à medida que se aprofunda o assunto”.

5.3 Técnicas para coleta e análise de dados

A coleta de dados é a forma de como se obtêm os dados necessários para responder ao problema (VERGARA, 2000). Assim, os meios utilizados para a investigação dos dados foram: pesquisa de campo, bibliográfica e estudo de caso.

A pesquisa de campo é, com efeito, uma investigação empírica, realizada no local em que há os elementos necessários. Neste caso, a pesquisa ocorreu no **CREI (Centro de Referência da Educação Infantil Violeta Formiga)** que disponibiliza os espaços escolares estudados. Inclui entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não (VERGARA, 2000).

Com relação aos procedimentos técnicos para a realização da pesquisa, a modalidade escolhida é o estudo de caso. Na definição de Yin (2005), “Um estudo de caso é uma investigação empírica, que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não estão claramente definidos”.

Ainda com base em Yin (2005), pode-se afirmar que o estudo de caso não é apenas uma tática para a coleta de dados, mas uma estratégia de pesquisa abrangente. O autor expõe, ainda, que o estudo de caso envolve situações únicas, com várias fontes de evidência e baseia-se no desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise dos dados.

Com isso, foi possível demonstrar a realidade das relações cotidianas no âmbito da educação infantil. Em razão dessas premissas, antes de proceder-se à coleta de dados, realizou-se uma revisão bibliográfica com a finalidade de fundamentar teoricamente a pesquisa e elaborar metodologias.

5.4 Caracterização da escola

João Pessoa vive um momento de adequação do Plano Municipal de Educação – PME, compromisso assumido desde 2002, com aprovação da lei 9.864, de 27 de dezembro, e dá um grande salto de qualidade educativa, ao elaborar, de forma democrática e participativa, o novo PME, para os próximos dez anos.

O PME trata do conjunto da educação, no âmbito Municipal, expressando uma política educacional para todos os níveis, bem como as etapas e modalidades de educação e de ensino. É um Plano de Estado e não somente um Plano de Governo. Sua elaboração está preconizada no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, que em seu art. 8º declara: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei”.

Obedecendo ao princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, citada na Constituição Federal, art. 206, inciso VII, observando a gestão democrática de ensino e da educação, a garantia de princípios de transparência e impessoalidade, a autonomia e a participação, a liderança e o trabalho coletivo, a representatividade e a competência, tendo sido construído o presente Plano Municipal de Educação em um plano decenal. Ele requereu, de todos nós, que dele participamos com clareza e objetividade a respeito de qual educação queremos.

Este processo de construção coletiva, com a demonstração de um forte espírito democrático, enche-nos de esperança e nos aponta para um caminho em que a educação é alicerce para o desenvolvimento de uma sociedade plena.

O sentido da educação infantil, como processo principal para o desenvolvimento integral do indivíduo, foi se desenvolvendo ao longo da história, numa trajetória de lutas em prol de um reconhecimento quanto à importância desse segmento educacional no

desenvolvimento humano, o que, por sua vez, encontra-se expresso em leis, normas, orientações e em práticas aglutinadoras de avanços e recuos.

Segundo os documentos que regem a educação brasileira, é dever do Estado garantir a oferta de educação infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. Essas leis têm por finalidade promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Com relação à educação infantil, constitui-se como um direito social assistido a todas as crianças até 5 anos, sem fazer nenhuma distinção originária da etnia, sexo, nacionalidade, origem geográfica, deficiência física ou intelectual, nível socioeconômico ou classe social. Para ter o acesso à matrícula, não precisa estar vinculado à situação trabalhista dos pais ou responsável legal. Independentes de questões sociais, todas as crianças têm direito a estarem matriculadas na educação infantil, assim como está explícito na Constituição Federal de 1988.

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação infantil – DCNEI, a criança é um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (DCNEI, 2009)

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 (LDBEN, 1996) com destaque para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil (DCNEI, 2009) definem a educação infantil como primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, a qual se caracteriza como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Na organização político administrativa, estabelecida na Constituição Federal, compete aos municípios atuarem e manterem prioritariamente o ensino fundamental e a educação infantil, em regime de colaboração com os Estado, o Distrito Federal e a União, através da elaboração de políticas públicas, implementação de ações e garantia de recursos. Na atualidade, vivenciamos uma concepção diferenciada de educação infantil, que deixou de ter um “enfoque assistencialista” para dar prioridade ao educar cuidando, envolvendo a garantia da segurança, mas também alimentando a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantil (MARTINS, 2014).

Na perspectiva atual, o conhecimento tem presença garantida em qualquer projeção que se faça do futuro, por isso há um consenso de que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da sua educação. Nos últimos anos, as transformações no cenário da educação infantil são cada vez mais expressivas, dessa forma será necessário compreender a educação no contexto da globalização e da era da informação, entendendo as consequências deste processo e apontando o que poderá permanecer da “velha educação”, indicando algumas categorias fundantes da educação do futuro (GADOTTI, 2000).

No Brasil, após a criação da LDBEN, a rede de creches e pré-escolas, anteriormente sob a responsabilidade da Secretaria de Ação Social dos Estados e Municípios, passou a ser de incumbência exclusiva dos municípios em regime de colaboração com a União, os Estados e o Distrito Federal. No Estado da Paraíba, no ano de 2013, o Ministério Público divulgou um levantamento no âmbito da educação infantil, em que 65 municípios do Estado não possuíam creches públicas ou pré-escolas.

Na rede municipal de João Pessoa, somente em 2006, dez anos após a LDBEN, a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) transferiu à Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC) a responsabilidade das 29 creches, através do Decreto 5.581 de 20 de janeiro de 2006, que determinou o seguinte: art. 1º- Ficam transferidos da Secretaria de Desenvolvimento Social SEDES, para a Secretaria de Educação e Cultura do Município – SEDEC, os Centros de Referência de Educação Infantil-CREIs; art. 2º- este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Entre os anos de 2005 a 2012, foram construídos 14 Centros de Referências em Educação Infantil, na cidade de João Pessoa com o objetivo de atender 120 crianças em cada unidade, na faixa etária de 02 (dois) a 05 (cinco) anos de idade. As 29 creches ainda vinculadas ao Governo do Estado, somente no ano de 2013, em função de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Estado e Município, passaram a ser de responsabilidade deste.

Em João Pessoa, capital da Paraíba, o que se percebia era que os órgãos que deveriam fiscalizar a estrutura, funcionamento e práticas pedagógicas da educação infantil não cumpriam este papel de modo eficaz. Talvez por não serem munidos de autonomia, equipe técnica suficiente, falta de iniciativa política ou se apoiavam na ausência de uma ação nacional, embora já existissem critérios e parâmetros dispostos pelo Ministério da Educação para esta avaliação.

Diante da realidade observada nas creches recebidas e da grande demanda existente, ocorreu uma ampliação de atendimento nos últimos dois anos, com a construção de 8 novas

unidades. Isto aconteceu tendo em vista o alcance da meta estabelecida em 2004 no PME, que determinava sobre “ampliar a oferta da educação infantil de forma a atender, no mínimo em cinco anos, 30% da população de até 3 anos e 60% da população de 4 a 6 anos e, até o fim da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das crianças de 4 a 6 anos”. Além disso, foram realizadas melhorias nas unidades e ampliação do número de matrículas, o quadro de professores cresceu consideravelmente no município de João Pessoa neste período e, em consequência das mudanças implantadas, surgiu a necessidade de novas contratações e de formação continuada para professores diante do desafio de aprimoramento pedagógico.

Embora as unidades recém-recebidas do Estado estivessem funcionando de forma precária e tenha havido esforços para implantação de melhorias em todas as unidades da rede, em um ano não foi possível resolver todas as necessidades emergentes para assegurar um atendimento de qualidade, conforme preconiza a LDBEN. Pode-se dizer ainda que, apesar dos avanços alcançados neste período, o prazo referido não foi o suficiente para proporcionar qualificação a todos os professores da rede, bem como para o estabelecimento da quantidade de técnicos especialistas também qualificados, estrutura física e equipamentos que garantissem essa qualidade.

Em João Pessoa, constata-se que, no âmbito público municipal, são 79 creches, 02 escolas de educação infantil em tempo integral e 42 escolas com pré-escolas em tempo parcial, conforme dados de 2014 (SEDEC). O segmento de educação infantil da rede pública possui especificidades quanto à faixa etária, sendo que as famílias com crianças com idade de creche de 6 meses a 3 anos não são obrigadas a matriculá-las e a Pré-escola em tempo integral, que atende crianças em idade de 4 a 5 anos, tem essa oferta opcional aos estabelecimentos bem como para as famílias.

Seguem dados a respeito do quantitativo das unidades de educação infantil da Rede Municipal:

Quadro 01- Dados das unidades da rede pública de Educação Infantil.

Construídas	Em construção	Projetadas e aprovadas
79	3	4

Em detrimento desses números de unidades de atendimento, para uma educação de qualidade, é de fundamental importância discutir a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na educação infantil, a qualidade das práticas pedagógicas

desenvolvidas na escola e a necessidade de compreender que aspectos envolvem essa formação.

Um destes aspectos da formação inicial e da formação continuada, seja na pós-graduação ou na formação em exercício, é a tendência ao isomorfismo, ou seja, “o modo como o professor aprende é o modo como o professor ensina”. Nessa perspectiva, é preciso colocar em análise os resultados das atuais práticas de formação, de modo a perceber o que o sistema educacional vem produzindo ao longo dos anos, uma educação tradicional pautada em práticas reprodutivistas, que não promovem o desenvolvimento integral do cidadão. Desta forma, no que compete ao Município de João Pessoa, urge a necessidade de se reestruturarem novas formas de organização didática para a formação continuada dos profissionais, uma proposta que permita ao professor desenvolver a criticidade.

Uma vez que a qualidade da educação oferecida perpassa pela capacitação do corpo técnico da escola, valorização dos profissionais da educação e condições de trabalho, é preciso criar estratégias e indicadores para mensuração dos aspectos que envolvem essa qualidade, garantindo que a formação mínima dos profissionais e professores que atuam nesse nível de ensino seja cumprida conforme o estabelecido na LDB vigente (art.62).

Diante do levantamento do quantitativo de profissionais e sobre a formação deles, percebe-se a necessidade de se implementar uma política que estabeleça um quadro funcional mínimo para a creche, de modo a inserir o coordenador pedagógico como figura imprescindível para a melhoria da qualidade dessa etapa educativa, em outras palavras, uma formação no próprio ambiente de trabalho, refletindo as questões próprias da atuação, conforme proposto no quadro abaixo.

Quadro 02 - Quadro Funcional Atual.

Gestor	
Especialista	Pedagogo/supervisor e orientador, psicólogo escolar, assistente social e psicopedagogo.

Professores	Formação de nível médio em magistério e superior em pedagogia.
Professores	Quadro funcional mínimo.

Atualmente, as formações que são realizadas na rede municipal pública de ensino são oferecidas tanto pela equipe multidisciplinar da Secretaria de Educação/educação infantil quanto pelas instituições selecionadas através de editais e licitações, além das formações continuadas oferecidas pelo Ministério da Educação e outros parceiros. Porém, não exige a função do suporte pedagógico da SEDEC nem da própria unidade de realizar na instituição formações específicas que venham atender às necessidades particulares de cada contexto escolar.

A escolha dos gestores de creches e das escolas municipais de educação infantil (EMEI) são realizadas a partir de indicações, seguidas de análise de currículo, efetivadas pela equipe multidisciplinar da SEDEC. Nas 40 escolas municipais que oferecem educação infantil e demais modalidades, diferente das já citadas, a gestão é escolhida de forma democrática, através de eleições diretas, onde toda comunidade escolar tem direito a voto. É importante garantir que todas as creches e EMEI's atendam ao mesmo "princípio de autonomia da escola", previsto na Constituição, no que diz respeito à escolha dos gestores, já adotado nas demais escolas municipais.

Como já mencionado, a qualidade da educação de modo geral perpassa pela capacitação, valorização e oferecimento de condições adequadas ao trabalho. Assim, para uma adequada organização do trabalho pedagógico, é importante levantar neste diagnóstico a questão da "organização do planejamento pedagógico" nas creches e escolas de educação infantil. A organização do "trabalho pedagógico coletivo", previsto na lei do piso 11.738/2008, que, além de instituir um valor mínimo para os salários dos profissionais, define um limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para as atividades de sala de aula, o outro terço assegura que este tempo previsto pode ser utilizado para diversas atividades consideradas extraclasse, tais como planejamento pedagógico, reuniões ou quaisquer atividades dedicadas à formação pedagógica.

Na realidade das creches do município de João Pessoa, as unidades de ensino têm autonomia para organizar o horário do seu planejamento pedagógico. No entanto, como quase a totalidade dos professores são prestadores de serviço e atuam no regime de 40h semanais, esta realidade tem dificultado a qualidade do trabalho pedagógico do professor em sala de

aula, já que não há tempo para discussão, análise de práticas e troca de experiências. Fato este que explicita duas questões fundamentais para análise: a urgência de se avaliar a manutenção deste percentual de profissionais prestadores de serviço, de modo a garantir um percentual mínimo de professores efetivos nas creches municipais e a necessidade de se garantir para efetivos e prestadores de serviço condições mínimas para planejar a partir do que está estabelecido em lei, já que, independente da forma de ingresso no serviço público, tanto os efetivos quanto os prestadores de serviço possuem as mesmas atribuições e responsabilidades.

A organização do trabalho pedagógico também perpassa pela avaliação dos conteúdos e métodos educacionais, deste modo, também é de fundamental importância perceber que a proposta curricular vigente no Município data mais de 10 anos, já que a última foi elaborada em 2004. Assim, se faz urgente renovar a Proposta Curricular de Educação Infantil do Município.

Segundo dados da Sub gerência de Estatística-SGEST da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, foi possível verificar o atendimento na rede municipal pública e privada de João Pessoa em 2014.

Quadro 03- Quadro de atendimento na rede municipal.

Rede - Creche Pré-escola

Municipal	4.251	4.868
Federal	28	42
Privada	3.107	7.510
Total	7.386	12.420

Fonte: MEC/INEP/DEED/Sub gerência de Estatística/SEE-PB

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

- ✓ Assegurar, em regime de colaboração com o Estado e a União, que as novas construções, ampliações e reformas dos prédios de educação infantil estejam adequadas, respeitando as normas de acessibilidade e sustentabilidade, bem como os padrões de qualidade definidos na legislação vigente;

- ✓ Garantir que a expansão da oferta de educação infantil de qualidade obedeça aos Parâmetros Básicos de Infraestrutura propostos pelo MEC para as instituições de educação infantil, sendo providas de recursos mobiliários adequados e humanos;
- ✓ Elaborar parâmetros de qualidade didático pedagógicos municipais para educação infantil, em consonância com os Parâmetros Nacionais, levando em consideração as peculiaridades locais, a multiculturalidade, a LDBEN e o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- ✓ Assegurar que os professores atuantes na educação infantil sejam habilitados e qualificados na função a ser exercida, através de concurso público e ou análise de currículo, de maneira que tenham um currículo mínimo de acordo com a legislação vigente;
- ✓ Assegurar que os gestores atuantes na educação infantil sejam habilitados em Pedagogia e tenham o curso de gestão de, no mínimo, 80 horas, e seu ingresso na gestão se dê através de análise de currículo acompanhado de entrevista e estágio observatório;
- ✓ Reelaborar a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino, de 0 (zero) a 5 (cinco) anos até junho de 2016;
- ✓ Garantir que todas as instituições que oferecem educação infantil tenham a presença efetiva de um supervisor ou coordenador pedagógico, que possa gerir o processo de ensino-aprendizagem e as relações didático-pedagógicas, a se efetivar no prazo de 2 anos após a aprovação desse PME;
- ✓ Garantir um quadro funcional de profissionais de educação (professores e monitores) mínimo para o funcionamento das unidades de educação infantil, que assegure o cumprimento da LDBEN, no que diz respeito às regras de quantidade de alunos X quantidade de professores e espaço físico, de modo que os professores de artes (música, artes cênicas, artes plásticas e dança) e educação física não sejam contabilizados, por serem profissionais de disciplinas específicas;
- ✓ Garantir que seja proporcionada a formação continuada, levando-se em consideração a formação reflexiva da prática;
- ✓ Garantir na formação continuada dos profissionais da educação infantil as temáticas sobre identidade sociocultural, questões étnico raciais e religiosas;
- ✓ Garantir, a partir da avaliação e fiscalização realizada pelo CME e pela SEDEC, que todas as creches e escolas de educação infantil elaborem, caso não tenham, ou reelaborem, se estiver desatualizado, o Projeto Político Pedagógico, que também contemplem as temáticas sociocultural, questões étnico-raciais e religiosas, com equipe educacional e comunidade escolar, respaldando-se nos documentos legais

que regem a educação, levando em consideração a multiculturalidade e o princípio da gestão participativa.

- ✓ Garantir a educação inclusiva às crianças com deficiência e com necessidades especiais no sistema regular de educação infantil, através da qualificação dos professores e cuidadores, além da adaptação dos prédios escolares de acordo com a legislação vigente, por meio de programas específicos e de orientação a pais;

- ✓ Implantar Salas de Recursos Multifuncionais de Atendimento Educacional Especializado – AEE no mínimo em uma escola em cada bairro, de modo a atender às demandas daquela comunidade;

- ✓ Assegurar que os profissionais que fazem o “trabalho inclusivo-pedagógico” de crianças com deficiência ou necessidades especiais nas Salas de Atendimento Especializado - AEE sejam especializados, com formação ou especialização nas áreas de Psicopedagogia, Psicologia, Terapia Ocupacional ou Educação Inclusiva;

- ✓ Assegurar um sistema de acompanhamento e supervisão da educação inclusiva, por parte do CME e SEDEC, nos estabelecimentos que atendem crianças com deficiência ou com necessidades especiais;

- ✓ Ampliar e assegurar a qualidade dos espaços físicos e brinquedos de parques, prevendo espaços externos arborizados e de acordo com os padrões estabelecidos nos documentos oficiais da educação;

- ✓ Promover um sistema de avaliação das creches e escolas em funcionamento, tanto públicas quanto privadas, de modo a adequar as instituições existentes em sua infraestrutura física e pedagógica, de acordo com a legislação vigente;

- ✓ Promover estudos sobre o detalhamento do custo/aluno/qualidade na educação infantil, de modo que se possa cumprir a quantidade de professores por aluno prevista na LDBEN, alterada pelo projeto de lei 597/07;

- ✓ Assegurar um calendário didático-pedagógico para favorecer a ampliação de atividades culturais, tais como teatro, dança, música, cinema, visitas a galerias de arte, museus e afins, levando em consideração as especificidades de cada unidade escolar, de forma a garantir que as escolas sejam polos de criação e difusão cultural;

- ✓ Favorecer a ampliação de atividades voltadas ao meio ambiente e à sustentabilidade de forma transdisciplinar, de acordo com a legislação vigente e a agenda A3P para uma mudança cultural nas Instituições Públicas e Privadas;

- ✓ Assegurar que sejam efetivados mecanismos de divulgação das ouvidorias já existentes, tais como, Ouvidoria da Transparência Pública, Ouvidoria da Educação Infantil e Ouvidoria do Ensino Fundamental, garantindo a participação entre a escola, família e comunidade, visando ao cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, de modo a facilitar a investigação e o acionamento dos órgãos

competentes (SEDEC, Conselho Municipal, Conselho Tutelar, Promotoria de Educação e afins);

✓ Garantir a efetivação por concurso público de um percentual mínimo de professores nas creches municipais;

✓ Garantir, no calendário oficial da rede municipal de ensino, três dias de planejamento efetivo, no início do primeiro e do segundo semestre para assegurar a melhoria da qualidade da prática educativa.

CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Nome da Instituição Educacional	Centro de Referência de Educação Infantil Violeta Formiga
Endereço Completo	Rua da Ação S/N
Localização:	Localizada na Comunidade Taipa, Município de João Pessoa – PB em Zona Urbana
Data de Criação do Centro de Referência Violeta Formiga	17 de Abril de 2006 (Abril de dois mil e seis)
Turno de Funcionamento	Integral
Nível de Ensino Ofertado	Infantil

AMBIENTES DO CREI

Dependências	Quantidade

Diretoria	01
Secretaria	01
Sala de Professores	01
Sala de Coordenação Pedagógica	01
Sala de TV e Vídeo	01
Auditório	01
Sala de Aula	03
Almoxarifado	01
Pátio	01
Dispensa	01
Cozinha	01
Área de serviço	01
Banheiros das crianças	01
Banheiros dos adultos	01

Com base na tabela acima, pode indicar que há um bom espaço nas dependências do CREI. Como a creche foi inaugurada em 2006, a sua estrutura passou por mudanças tendo a mesma, uma estrutura pensada da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, no intuito de atender as necessidades das crianças em relação ao espaço físico.

As salas de aula não possui ar condicionado por motivo das mesmas serem bem arejadas e possuírem uma boa iluminação natural que por sua vez favorece muito nas atividades desenvolvidas em sala de aula, ressaltando que as salas têm um bom espaço físico que nos favorece. De acordo com os pesquisadores, a produtividade e a qualidade do trabalho realizado na creche está diretamente ligado as condições do ambiente em que se desenvolve as atividades.

Diante do que está exposto, o CREI se propõe a manter a conservação do patrimônio Escolar Infantil, e sempre buscará a melhoria no desenvolvimento das crianças pequenas.

QUADRO FUNCIONAL

A direção do CREI Violeta Formiga é composta pela diretora Desterro da Silva Pessoa. O quadro de funcionários do CREI é constituído por servidores efetivos e prestadores de serviço.

As Especialistas integram-se:

Supervisora Escolar	Luciana Borges Pessoa
Coordenação	Desterro da Silva Pessoa

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO CREI

Nome	Matrícula	Cargo/função	Situação funcional
Amarilis Santos de Oliveira	16.610-3	Cozinheira	Efetiva
Ana Caroline do Nascimento	15.360-5	Cozinheira	OS
Davydson Oliveira de Assunção	82.325-4	Inspetor	OS
Jeferson Oliveira de Assunção	82.325-4	Secretário Escolar	Efetivo
Juliana S. Silva	72.270-3	Aux. de Secretaria	OS

Maria da Penha Alexandra	85.679-4	Lavadeira	OS
Maria da Penha Oliveira	86.678-5	Auxiliar de Limpeza	Efetiva
Jussara de Souza Silva	24.932-9	Auxiliar de Limpeza	OS
Maria das Neves da Costa	71.745-3	Monitora	OS
Kiedja Santino da Silva	85.345-6	Professora	OS
Rosilene Santos Oliveira	42.365-5	Professora	OS
Juliana da Silva Oliveira	52.385-3	Professora	OS
Roberta Monte da Silva	85.833-1	Professora	OS
Eunice da Silva Cavalcante	85.735-2	Monitora	OS
Maria dos Santos Carvalho Santino	27.388-6	Monitora	OS

5.5 Prováveis limitações da pesquisa

Segundo Vergara (2000, p. 61), “[...] *todo método tem possibilidade e limitações*”. Em vista disso, por delimitação, entendem-se as fronteiras concernentes a variáveis, ao que será abordado, ao corte, ao período de tempo e ao objeto de investigação (VERGARA, 2000).

Este trabalho apresenta, contudo, algumas dificuldades e limitações quanto à coleta e ao tratamento dos dados. Assim, relacionam-se, a seguir, as delimitações:

- a) A escassez de bibliografias científicas quanto ao objeto do estudo, que são o educar e cuidar na educação infantil no município de João Pessoa;
- b) A não autorização para a divulgação de certas informações via SEDEC que foi responsável pela autorização para realizarmos a pesquisa - estudo de caso do nosso objeto em tela;
- c) O estudo no tempo: por se tratar de uma pesquisa na área da Educação Infantil, sua evolução é, em parte, contínua e feita, parcialmente, em pequenos espaços de tempo;
- d) A subjetividade do autor.

6. ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS

A pesquisa foi realizada no período de fevereiro de 2015 á Junho de 2016, no CREI Violeta Formiga e no CREI Maria Ruth, ambas localizadas no município de João Pessoa, a referida pesquisa surgiu através dos questionamentos referentes ao cuidar e brincar na Educação Infantil, com relação ao desenvolvimento da criança, assim como a importância que o mesmo exerce na formação do ser humano, e como essa formação vem sendo trabalhada na Educação Infantil.

A pesquisa aqui enfocada terá como entrevistados 01(uma) diretora: Desterro da Silva Pessoa; 01(uma) coordenadora pedagógica: Luciana Borges Pessoa; 01(uma) professora: Kiedja Santos da Silva; 01(um) pai: Francisco Fernandes da Silva, entrevistados estes que trabalham na creche pesquisada, na qual há um objetivo de obter maiores informações que venham a subsidiar na construção desta pesquisa.

De acordo com a pesquisa e devido às observações foi elaborado um questionário, percebemos que os professores, coordenadores e diretores procuram trabalhar de forma educativa e ao mesmo tempo agradável, utilizando diversos meios da ludicidade para a Educação Infantil.

No decorrer da pesquisa aplicou-se um questionário contendo 05 (cinco) perguntas, onde os envolvidos foram:

Equipe diretiva (diretora):

- Pergunta 1: Qual é a sua formação?

A mesma respondeu: "Especialização em gestão escolar." (Diretora).

- Pergunta 2: Qual é a sua concepção de criança?

A mesma relatou que:

"A criança é um ser verdadeiro e puro, traz consigo a sua imaginação, onde se pode desenvolver com mais criatividade, a criança também é moldada por nossa sociedade e é a partir daí que ela se torna um cidadão ou uma cidadã com capacidade de agir e de interagir em meio às situações vividas."

O conceito de criança para a diretora se iguala ao das teorias sócio interacionistas de Wallon 2001, Piaget e Vygotsky relatados no segundo capítulo, pois concebem a criança como um ser que é social, capaz de pensar, agir, absorver conhecimentos, mas que para se desenvolver, precisa ser estimulada pelo meio social em que está inserida.

As instituições de Educação Infantil necessitam trabalhar com as crianças de formas diversas de aprendizados para que elas se sintam valorizadas, estimuladas e se desenvolvam cada vez mais no processo de ensino-aprendizagem.

(...) o desenvolvimento infantil é um processo dinâmico, pois as crianças não são passivas, meras receptoras das informações que estão a sua volta. Através do contato com o seu próprio espaço, com as coisas do seu ambiente, bem como através da interação com outras crianças e adultos, as crianças vão desenvolvendo a capacidade

afetiva, a sensibilidade e a autoestima, o raciocínio, o pensamento e a linguagem.
(CRAIDY e KAERCHER, 2001, p.27)

As autoras frisam as capacidades que as crianças possuem, pois a mesma é dinâmica e social.

- Pergunta 3: Qual a importância do Lúdico da Educação Infantil no desenvolvimento da criança?

"O lúdico desperta na criança a vontade de brincar, interagir e adquirir melhores conhecimentos, a criança tem a oportunidade também de criar, imaginar, e um simples ato de brincar se torna um grande momento não só de alegria, mas também de aprendizado."

Em seguida teremos a opinião da coordenadora, a coordenação pedagógica é um segmento que busca constantemente sua afirmação dentro das propostas educacionais, pois as suas atribuições são muitas já que a escola é um espaço de conflitos diversos, problemáticas que necessitam da colaboração da coordenação para a busca das possíveis soluções. Como diz Libâneo: "O papel do coordenador pedagógico é de monitoração sistemática da prática pedagógica dos professores, sobretudo mediante procedimentos de reflexão e investigação" (2001, p.183).

Sendo assim, a presente análise tem como objetivo ressaltar a opinião da coordenadora pedagógica da Educação Infantil do CREI Violeta Formiga do Município de João Pessoa-PB.

Coordenadora:

- Pergunta 1: Qual a sua formação?

A mesma respondeu que: "Estou concluindo o curso de Pedagogia." (Coordenadora pedagógica).

Observa-se que a coordenação está qualificando-se em conclusão no curso de pedagogia, isso mostra um progresso na Educação Infantil no seguinte CREI, já que nesta área de trabalho é necessária uma formação específica, que requer formação profissional. Entendendo a especificidade desta área, Libâneo (2001) diz que „recomenda-se que seus

ocupantes sejam formados em cursos de Pedagogia ou adquiram formação pedagógica-didática específica.

Baseando-se na responsabilidade e no compromisso que a coordenação pedagógica exerce no desenvolvimento infantil.

▪ Pergunta 2: O que você entende por ludicidade?

"Acredito que as atividades lúdicas são aquelas que proporcionam a criança divertimento, com a utilização delas a criança tem a oportunidade de experimentar jogos, brincadeiras, aprender a lidar com regras, criar momentos descontraídos para o aprendizado e também de diversão. Atividades lúdicas são aquelas que promovem a motivação e provocam prazer, ou seja, atividades que permitem o desenvolvimento global da criança.

Percebe-se que a coordenadora é muito esforçada, e entende sobre a importância do lúdico para o processo de desenvolvimento da criança, isso faz com que a escola tenha uma evolução quanto a esse assunto.

▪ Pergunta 3: Como a coordenação pedagógica contribui com os professores de Educação Infantil?

Resposta: "Através de minicursos, oficinas, leituras reflexivas e materiais alternativos, sempre que há necessidade." (Coordenadora pedagógica)

É interessante destacar que durante o processo de observação no CREI a coordenadora estava sempre presente e disponível para qualquer eventualidade que surgisse em relação ao âmbito do CREI.

Diante de tais colocações LIBÂNEO (2001), afirma que é papel do coordenador pedagógico:

(...) Prestar assistência, pedagógico-didática aos professores, acompanhar e supervisionar suas atividades (...). Coordenar reuniões pedagógicas e entrevistas com os professores visando a promover inter-relação de projetos (...). Propor e coordenar atividades de formação continuada e de desenvolvimento profissional dos professores. (LIBÂNEO, 2001, p.184)

Pode-se dizer que a formação continuada é um prolongamento da formação inicial, é uma formação contínua, que tem por objetivo aperfeiçoar profissionalmente, tanto no campo teórico como prático, a formação contínua é de suma importância para o educador e todos que trabalham no campo educacional, abrangendo assim novos horizontes, tornando a profissão de educador mais complexa e dinâmica.

Em seguida faremos a entrevista com a professora, sabendo que o professor é um dos principais sujeitos do processo educacional, por isso sua visão é de suma importância. Assim apresentar-se-á neste item a análise de uma professora do CREI Violeta Formiga, no sentido de buscar questões que contribuam na execução desta pesquisa que é fundamental para o seu desenvolvimento educacional e social enquanto sujeito de deveres e direitos.

As avaliações de desempenho que focalizam as atividades de sala de aula permitem que os professores aprendam sobre tais processos (que as crianças analisem, sintetizem, avaliem e interpretem os fatos e ideias) pela documentação como as crianças interagem com o material e com os colegas nas situações autênticas da vida real. (DEVRIES, 2004, p.73)

Isso significa que na Educação Infantil, avaliar as ações da criança pode ser o caminho mais promissor para o seu desenvolvimento, para que as crianças se incluam no sistema educacional com sucesso.

2ª equipe: docente.

- Pergunta 1: Qual a sua formação?

Resposta: "Pedagogia" (professora)

A partir dessa resposta pode-se afirmar que a professora já possui um nível específico para atuar com as crianças, percebe-se também o grande avanço sobre esta etapa, principalmente quando se fala sobre as diversas concepções de criança, educação e a formação de um novo profissional para responder às demandas atuais. Fica evidente que as funções do professor vêm passando por inúmeras reformulações para a melhoria da qualidade de ensino.

- Pergunta 2: A presença das atividades lúdicas no seu planejamento é uma exigência do CREI?

"A presença destas atividades é uma exigência, mas acredito que a exigência é mais minha, em prol do que acredito na Educação Infantil, brincar é associar atividades lúdicas no cotidiano, faz parte do contexto infantil."

Percebe-se que a professora já está habituada com o progresso do lúdico e entende que é importante para a criança, e que há necessidade da presença constante do lúdico na rotina do CREI.

- Pergunta 3: Quais são as atividades lúdicas que você normalmente utiliza?

Resposta: "Jogos de regras, brincadeiras tradicionais como roda, brincadeiras cantadas, trabalho com imagens e brincadeiras livres."

É importante que exista diversidades das atividades utilizadas pelas professoras em sala de aula, também se torna fundamental que os momentos de atividades lúdicas não apareçam na rotina do CREI somente na hora da recreação dirigida e sim durante todo o convívio da criança, diante da resposta do professor e pelo o que foi observado, são diversas os tipos de atividades lúdicas propostas por elas do dia a dia da turma.

3 ^a equipe: comunidade

- Pergunta 1: Como você participa da educação do seu filho?

Resposta: "Eu sempre participa da reunião dos pais, periodicamente converso com os professores, oriento minha filha em casa no que está ao meu alcance."

Baseado nesta resposta pude observar que este pai é um pai presente na vida escolar de sua filha, pois um acompanhamento dos pais é motivo de prosperidade na vida da criança, lhe trazendo mais segurança em relação as determinadas situações que ela possa viver.

- Pergunta 2: As brincadeiras que se realizam no CREI, auxiliam sua filha, em quê?

Resposta: "Acho que ajudam muito, pois minha filha era muito vergonhosa quando começou a frequentar a creche, e com alguns dias ela já conversa mais, fala o que ela faz na sala de aula, e do que ela brinca."

Analisa através da resposta do pai, que o lúdico faz com a criança deixar de ser inibida, e auxilia muito no desenvolvimento da mesma.

- Pergunta 3: Como você analisa o professor da sua filha?

Resposta: "Acho que é uma boa professora, muito atenciosa, esforçada, e carinhosa com as crianças, minha filha gosta muito dela, minha esposa e eu, admiramos o trabalho que ela executa neste CREI."

Em síntese, percebe-se que apesar das dificuldades no contexto educacional em relação à importância que o lúdico da educação infantil exerce no desenvolvimento da criança, tanto a diretora, a coordenadora, a professora e o pai estão satisfeitos com a transformação que acontece na Educação a cada dia.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, percebeu-se que as brincadeiras são muito importantes para o desenvolvimento das crianças tanto na educação infantil como nas séries iniciais. A criança que brinca é mais feliz e, além disso, tem a possibilidade de lidar com seus medos, conflitos e angústias, e todo seu comportamento pessoal, adquirindo assim conhecimentos sobre a realidade.

O trabalho com a educação infantil é um assunto muito delicado por se tratar do início da vida escolar e conseqüentemente do início da formação das crianças, nesta etapa se busca muito mais do que apenas a aplicação do conteúdo, já que as crianças precisam se preparar para inúmeras situações da vida e o CREI é um ambiente que deve proporcionar a entrada desses pequenos seres na jornada da vida.

Embora seja recente a valorização dos jogos no contexto educacional, surgiram diversas investigações quanto ao seu significado durante o transcorrer. A brincadeira é uma ação natural da vida infantil, no momento em que brinca a criança trabalha com diversas

potencialidades como, físico, motor, emocional, social e cognitivo, se construindo um importante elemento no processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Portanto podemos ressaltar que o lúdico como uma dimensão significativa a ser explorado pelos grandes profissionais que atuam na Educação Infantil. É importante destacar que a aprendizagem proporcionada pelo lúdico não acontece somente nos momentos em que as crianças brincam de forma livre e natural, sem a influência ou direcionamento profissional de educação ou de um adulto também existem inúmeras aprendizagens que são proporcionadas através das brincadeiras.

Em todos os contextos, o lúdico está presente o tempo todo. Seja para fazer a higiene da criança ou as atividades em sala e, até mesmo o espaço elaborado para promover desde a autonomia até a movimentação, o mexer, o tocar, fazendo com que a criança tenha acesso a diferentes objetos, impondo-se um certo limite por questões de segurança.

Como vivemos em uma sociedade em que a criança vive torna-se conteúdo de suas brincadeiras: sua família, a escola, os meios de comunicação, etc. Um dos meios de comunicação que mais influencia brincadeiras é a televisão. Esta fornece vários conteúdos para as crianças, podendo-se criar em cima deles. Toda nossa cultura influencia atividades lúdicas das crianças; pois elas podem desempenhar papéis sociais, imitando algum modelo que pertence ao seu dia a dia.

O brincar é uma necessidade do ser humano, mas no âmbito da educação infantil tem um papel de maior importância, o ato de brincar estimula o uso da memória, facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural. O lúdico é tudo que envolve o brincar, não só com materiais concretos, mas com a criação deles. Tudo que as crianças fazem que desenvolva o corpo, a mente, tudo faz parte do lúdico, e assim, o brincar em todos os sentidos.

Muitos professores utilizam algumas brincadeiras para transmitir algum conteúdo, porém estas se tornam direcionadas, é importante também que a criança crie suas brincadeiras, façam suas escolhas, instigando a sua criatividade. Constatou-se ao longo desta pesquisa que a formação do educador infantil é de suma importância para o processo educativo, pois se sabe que a sua educação direta ou indireta na sala de aula influencia fortemente o processo pelo qual a criança passa para ter um bom aprendizado.

Os brinquedos trazem consigo valores e modos de pensar de nossa sociedade. A mesma estimula a diferença entre os sexos, através dos brinquedos, diferenciando aqueles que são para meninas e aqueles que são para meninos, apesar de as crianças não levarem em conta tal diferenciação. Podemos dizer que por meio das atividades lúdicas vivenciamos diversão,

prazer e principalmente aprendizados. A utilização de atividades lúdicas permite a valorização da cultura e identidade dos que dela participam, consequentemente estas participações estimulam momentos de criatividade individuais e coletivos. É o brincar de forma livre que estimula a motivação interna e externa à ação da criança.

As crianças se interessam muito por jogos e brincadeiras, sabendo que o aprendizado está ligado à motivação de cada um, podemos perceber que através das atividades lúdicas, as crianças se concentram e se desenvolvem melhor. A importância do jogo no universo da criança, seja na educação infantil ou nos anos iniciais de ensino fundamental tem sido evidenciada por vários estudiosos da aprendizagem e do desenvolvimento como um aspecto indiscutível no sentido em que as crianças brincam grande parte do seu tempo e também porque o jogo constitui um dos recursos mais eficazes para a criança ter um processo mais significativo.

O jogo é reconhecido como meio de fornecer à criança um ambiente agradável, motivador, planejado e enriquecido que possibilita a aprendizagem de várias habilidades, determinadas aptidões estão muitas vezes escondidas e devem ser aprimoradas pelos pais e familiares, educadores, amigos e todas as pessoas que estão em volta da criança.

De acordo com alguns teóricos citados na pesquisa a criança se desenvolve através de fases, passando por várias etapas. Froebel (1912), Vygotsky (1994) e Piaget (1968) já traziam em suas pesquisas a importância das atividades lúdicas, sejam elas jogos de montar, brincadeiras de faz de conta, jogos simbólicos, jogos de regras ou brincadeiras livres para infância. Cada um deles propicia aprendizados que colaboram no desenvolvimento cognitivo e social da criança.

O intuito desta pesquisa ao demonstrar um universo onde o lúdico se faz presente nas ações dos educadores e educandos, não é que os professores devem abandonar o seu livro didático ou aulas expositivas. A intenção é apontar a ludicidade como alternativa para metodologia utilizada na educação infantil, não como recurso único, mas como estratégia que não impossibilita a utilização simultânea de outros recursos e estratégias metodológicas.

O lúdico não é a única alternativa para melhoria no intercâmbio ensino-aprendizagem, mas é uma ponte que auxilia na melhoria dos resultados por parte dos educadores interessados em promover mudanças. Sendo assim a escola, principalmente a educação infantil, deveria considerar o lúdico como parceiro e utilizá-lo amplamente para atuar no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças.

O que se espera é que os profissionais compreendam a suma importância desta estratégia e percebam como ela pode se tornar uma grande aliada do seu trabalho e que a

partir disso podem utiliza-la no seu dia-a-dia, podendo assim obter juntamente com as crianças os resultados positivos provenientes da utilização de seus recursos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

AZEVEDO, Maria Verônica Rezende de. **Jogo e educação e, matérias pedagógicas e jogos no ensino de matemática**. In: jogando e construindo matemática. São Paulo: Unidas, 1993.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para construção de orientações curriculares para a educação infantil. **Práticas cotidianas na educação infantil – bases para reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília, 2009.

BRASIL. MEC. SEF. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI). Brasília: MEC, 1998. 1v.

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

DEVRIES, Rheta (org.) **O currículo construtivista na Educação Infantil: práticas e atividades**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar: crescer e aprender: o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. 2003. Disponível em:<<http://periódicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/.../10745/10260>> Acesso em: 10 de maio de 2016.

KRAMER, Sonia. A política pré-escolar no Brasil a arte do disfarce. *IN: Infância e sociedade: o conceito de infância*. 8 ed. São Paulo. Cortez. 2006.

LIBANEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christie. **O lúdico nos processos de desenvolvimento e aprendizagem escolar**. Porto alegre: Artmed, 2005, p. 09-22.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 1993.

MIRANDA, Simão. **Do fascínio do jogo à alegria de aprender**. Campinas, SP: Papirus, 1964.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. **Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica**. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a05v2691.pdf>> Acesso em: 25 de julho de 2016.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro. Zahar, 1973.

SARMENTO, Manuel J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da humanidade**. São Paulo: Moderna, 2002.

SILVA, Alberto Nidio Barbosa de Araújo. **Jogos, Brinquedos e brincadeiras- trajetos intergerenciais**. Rio de Janeiro: Papirus, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. - **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em educação**. São Paulo: Atlas, 2000.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes. 1989.

YIN. R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.